

## **ATA DA IV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 13 DE MAIO DE 2025**

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois e vinte e cinco, deu-se início, às 08h37, em segunda chamada, à IV Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Colegiado, na sede do Conselho Municipal de Educação, situada à Rua Quaresma Júnior, nº 111, Centro. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação com a participação da presidente do Conselho, Silvia Lira, da vice-presidente, Mariana Máximo, e dos seguintes conselheiros de forma presencial: Rosângela Motta, Milene Lima da Silva, Marcos Paulo Pereira Ramos, Camila de Oliveira, Alex de Almeida, Jorge Luiz da Silva, Martin Sirolli, Cristiane Inoue, Sheila Aparecida, Wellington Pereira e Patrícia Viríssimo. Participaram também os servidores lotados no CME (Conselho Municipal de Educação): Maria das Graças Ladislau e Eduardo Peixoto. A presidente Silvia Lira deu as boas vindas aos nobres conselheiros e deu início a reunião solicitando à vice-presidente, Mariana Máximo, a realização da leitura da ata da III Reunião do Conselho Pleno, ocorrida em 08 de abril de 2025, conforme previsto no Regimento deste respeitado colegiado. Ata lida e aprovada pelos conselheiros presentes. A presidente Silvia Lira passa, então, para o próximo ponto da pauta: diálogo sobre o Programa Escola Digital e a implementação da Robótica nas escolas públicas municipais, convidando as coordenadoras da Secretaria de Educação, Juventude e Inovação para fazerem a apresentação: Daniele Noronha, Juliana Marcelino e Sanchai Chayene. A coordenadora Daniele apresentou-se e fez sua autodescrição. Sobre o Programa Escola Digital, destacou as suas abas: agenda de avaliações abertas, notificações, boletins, calendário letivo, cardápio semanal, carteira de estudante, concessões, conteúdo aplicado, horário e tarefas. Daniele Noronha seguiu esclarecendo todos os tópicos e respondendo todas as intervenções realizadas pelos conselheiros. Rosângela Motta parabenizou a equipe da SEJIN pela oferta das informações interligadas com o cardápio e com o diário eletrônico. A conselheira Sheila, representante dos docentes, perguntou pela identificação do professor e Daniele respondeu que seria realizada posteriormente. Wellington Pereira relatou que existem professores que questionaram a oferta da informação sobre os conteúdos, habilidades e competências que são trabalhados em sala de aula. Martin Sirolli questionou sobre o acesso ao CPF (Cadastro de Pessoa Física), senha e data de nascimento. Camila Oliveira respondeu que os dados mostrados são públicos. Alex de Almeida indagou se há possibilidade de alteração da senha e Daniele Noronha explicou que ainda não, mas que essas sugestões estão sendo acolhidas e analisadas. Camila Oliveira explicou que a conservação da senha neste primeiro momento é necessária visando garantir o acesso a todos. Mariana Máximo ponderou sobre o acesso dos responsáveis às informações, agora, pela Escola Digital, ao invés do Whatsapp particular do professor. Alex de Almeida acessou e elogiou o sistema Escola Digital como uma plataforma intuitiva, apontando apenas a necessidade de se ter um calendário mais simples. Em seguida, o referido conselheiro solicitou, também, que a Declaração de Escolaridade do estudante possa ser acessada pelo Escola Digital e sugeriu que o programa seja transformado em um aplicativo. Daniele explicou que esse é o caminho e que inicialmente a plataforma precisa ser experimentada pelos seus usuários para, posteriormente, virar aplicativo. Jorge indagou sobre o acesso à plataforma pelas pessoas com deficiência visual e se Plano de Ensino Individualizado já

estava disponibilizado no Escola Digital. Indagou, ainda, sobre a acessibilidade da plataforma para alunos com deficiência visual e outras comorbidades. Jorge, ainda, deu como exemplo de falta de acessibilidade do ponto biométrico dos servidores municipais. Daniele Noronha apresentou o endereço eletrônico: [escoladigital.angra.rj.gov.br](http://escoladigital.angra.rj.gov.br) e diz que essa plataforma digital é interligada ao *Ponto ID*, sendo que todos os ajustes serão posteriormente realizados, pois está em fase de implementação e consolidação. Com referência ao PEI, Daniele Noronha explicou que a Escola Digital é um espelho do *Ponto ID* e que está caminhando para acolher essa informação no diário eletrônico. Na sequência, a Coordenadora Juliana Marcelino, da Educação Básica fez a sua autodescrição e apresentou o currículo de Robótica juntamente com a Assistente de Ensino Fundamental- Anos Iniciais, Sanchai Chayene. Juliana comenta sobre a necessidade do desenvolvimento de habilidades e competências para que a nova geração capacite-se para o conhecimento e aplicação das novas tecnologias e diz que a Robótica está inserida no componente curricular Computação, de acordo com Base Nacional Comum Curricular e a Lei 14.533 de 11 de janeiro de 2023, que altera a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 26, parágrafo 11. Juliana diz que o pensamento computacional tem a capacidade de solucionar problemas de forma lógica e organizada e que a cultura digital auxilia a entender o impacto da tecnologia na sociedade. O mundo digital contribui para a conscientização dos usuários e a reflexão sobre a segurança das tecnologias digitais. A conselheira Sheila abordou a utilização das mídias pelos estudantes. Juliana explicou que o material da Robótica baseia-se na *Cultura Maker*, tendo diferentes cores e tamanhos de acordo com a complexidade dos diferentes anos de escolaridade e relatou sobre o kit robusto dos oitavo e nono anos do Ensino Fundamental com o uso do arduino (conceito básico de eletrônica e física). É a ciência na prática. O público contemplado é da pré-escola ao nono ano do Ensino Fundamental. A UTD AH/SD - Unidade de Trabalho Diferenciado em Altas Habilidades / Superdotação - possui todo o material necessário para a realização das tarefas e projetos. Na rede municipal, foi distribuído o seguinte quantitativo de material: pré-escola: 3.821, anos iniciais: 11.161, anos finais: 7.104, perfazendo um total de 22.086 kits para estudantes da rede pública municipal. Juliana comenta sobre a formação que está sendo ofertada para todos os professores regentes das turmas contempladas neste programa. A conselheira Sheila sugeriu que possa ser ampliado a todos os professores. Juliana explicou que, neste primeiro momento, a SEJIN está priorizando os professores regentes e enfatizou as competências importantes do trabalho com a Robótica: resolução de problemas, pensamento computacional, colaboração, criatividade e pensamento crítico. Afirmou, ainda, que o material estruturado já se encontra em fase de confecção para os estudantes com deficiências ou necessidades educacionais especiais. Silvia Lira destacou que o trabalho cooperativo atende às diferenças e individualidades e auxilia a nova geração a lidar com suas limitações e seus talentos no exercício do trabalho coletivo. Dando sequência, Juliana apresentou a revista produzida pela equipe de coordenadores da SEJIN que ilustra a Computação e a Robótica e que, posteriormente, será divulgada em PDF. Falou, também, sobre o guia de implementação e o Documento Orientador Curricular de Computação. Em seguida, Juliana apresentou o Zig, um robô mascote símbolo desta tecnologia e Maria das Graças relatou que ficou encantada com as colegas no momento de explanação e com a filosofia UBUNTU: “Eu sou, porque nós somos”. A presidente Silvia Lira agradeceu a participação da SEJIN em nome de todo o colegiado e, em seguida, deu continuidade à pauta com o conselheiro Alex de Almeida, que versou sobre a Lei 4.463, de 27 de março de 2025, que revoga a Lei anterior, a 482/1995, e institui a composição dos Conselhos de Escola. O conselheiro questiona a função deste colegiado, visto que a Lei foi aprovada e implementada sem passar pelo Conselho Municipal de Educação, que tem como função primordial, em seu regimento, a gestão democrática. Alex de Almeida destacou, ainda, em sua análise, que o Conselho de Escola deixa de ser deliberativo, passando a órgão consultivo. “Essa

é a relação que a câmara de vereadores e a gestão da SEJIN desejam ter com o colegiado?”

Questiona o conselheiro Alex. Mariana Máximo e Alex Almeida dialogam sobre a questão da idade do aluno representante e da liderança no Conselho de Escola. Camila de Oliveira, a pedido da vice-presidente, comenta sobre a dificuldade de engajamento e manutenção de representantes nos Conselhos de Escola e citou o GAFCE - Grupo de Articulação e Fortalecimento dos Conselhos Escolares, dizendo que a idade do aluno contribui para o exercício da cidadania. Camila Oliveira utilizou como exemplo o CME com sua presidência como liderança e articuladora das ações do colegiado. A conselheira Sheila pediu a fala e disse concordar com Alex e Camila de Oliveira, elogiando a postura da presidência do CME. Patrícia Viríssimo e Martin Sirolli trouxeram também suas reflexões sobre a Lei 4.463/25. Marcos Paulo fez referência a ausência de autonomia dos Conselhos de Escola após essa alteração. Rosangela Motta abordou a idade do estudante relacionando-a à sua formação familiar. Disse, ainda, que muitas vezes os adultos representam-se, mas não representam a sua categoria e que a presença de uma criança maior de 9 anos é um termômetro e pode equilibrar as discussões do Conselho de Escola. Milene Lima lembrou que o Conselho de Escola sempre foi um colegiado onde todos os membros são eleitos seguindo as orientações do Ministério da Educação. Alex de Almeida falou sobre a política de governo e a política de estado. Disse que o CME perpassa por todas as políticas de governo, pois somos um órgão de estado e faz referência à Reunião do Fórum de Educação, que acompanha e monitora o PME, e faz alusão à estratégia 19.4, que preconiza a gestão democrática. Mariana Máximo encaminhou, após a escuta sensível de todos, a proposta de diálogo sobre a legislação, visto que esse órgão de estado abraça todas as políticas. O conselheiro Jorge disse que a constituição dá autonomia aos conselhos e ela é necessária, não significando que possa fazer algo sozinho. Disse, ainda, que a gestão democrática está consagrada em várias legislações. Foi decidido, por votação, com 12 votos a favor e 1 abstenção, que será encaminhado um ofício do CME para a SEJIN, solicitando diálogo com o Secretário de Educação acerca da gestão democrática no município e a importância de participação do CME, como órgão de estado, na implementação das políticas públicas educacionais do município. A seguir, a palavra foi franqueada para o conselheiro Jorge, que fez o repasse da reunião que teve com o Secretário de Educação, realizada no dia 05/05/25, onde esteve presente a assessora técnica Cristiane Carneiro e outras pessoas envolvidas com a questão da inclusão, prioritariamente da EMDV (Escola Municipal para Deficientes Visuais). Silvia Lira destacou a honra de ouvir do referido conselheiro que a reunião contou com a participação de diferentes sujeitos nesse importante momento. Em seguida, a conselheira Cristiane Inoue solicitou a fala perguntando sobre a resposta dos ofícios sobre a Meta 17. A presidência do CME diz que, até o momento, não houve resposta com relação aos ofícios da meta 17. Cristiane Inoue propõe que seja encaminhado um pedido de Audiência Pública sobre a meta 17 para a Comissão de Educação da Câmara Legislativa, no mês de junho, às 17h, visto que toda tentativa de diálogo não obteve sucesso. Com 7 votos a favor e cinco abstenções, o documento será encaminhado. A conselheira Cristiane Inoue diz que a decisão da categoria é aguardar até o recesso e, após esse período, judicializará o tema. Mariana Máximo e Alex de Almeida trouxeram as deliberações do Fórum de Educação, que trazem a possibilidade de prorrogação por, até 1 ano, após a homologação do PNE, para a vigência do atual PME. Sheila diz que como representante dos docentes, cobram dela e da Cristiane Inoue a execução da meta 17 e relatou que os professores pretendiam vir à frente do CME realizar uma manifestação. Mariana Máximo solicitou à conselheira Sheila que encaminhasse o site eletrônico aos professores para que possam acompanhar as discussões deste colegiado. Sheila comentou que são os Docentes 1 que fazem acontecer na escola. A presidente Silvia Lira passou, então, para o repasse do encontro do CECATE (Centro Colaborador de Apoio ao Transporte Escolar) da Região Sudeste, juntamente com o representante da SEJIN e diz que a presidente da

câmara do FUNDEB, Walquíria, encontra-se doente. Silvia Lira relata que o projeto de transporte escolar contempla as zonas rurais e o conselheiro Alex de Almeida fala sobre a necessidade de atenção maior quanto aos materiais de segurança para o transporte dos alunos. Silvia Lira informa aos conselheiros presentes que a conselheira Suellen está de atestado médico devido à cirurgia realizada e que, por esse motivo, não pode estar presente hoje. Silvia diz que a referida conselheira, mesmo estando de atestado médico, solicitou participação no encontro presencial do Programa das Escolas em Tempo Integral. Foi explicado aos conselheiros que por não ser funcionária pública a mesma não teria direito à diária de alimentação e que suas despesas pessoais seriam de inteira responsabilidade dela. A presidente do CME, após as devidas explicações, coloca em votação a participação ou não da conselheira no encontro em questão. Os conselheiros, com 04 abstenções, deliberam que não será possível a participação da conselheira, pois a mesma encontra-se de atestado médico. Mariana Máximo informa que no período de 9 a 12 de junho do corrente ano, a presidente e vice presidente do CME, juntamente com a presidente do FUNDEB, estarão participando do Fórum de Presidentes de Conselhos Municipais de Educação e que devido a esse compromisso seria preciso marcar a próxima reunião do pleno para uma outra data. O conselho pleno aceitou e elegeu o dia 03 de junho para a próxima reunião do pleno. O senhor Martin Sirolli relata a falta de estrutura do CETI E. M. Alberto Torres, localizado na ilha da Gipóia. Relata diversas intercorrências relacionadas à falta de manutenção na unidade, principalmente no telhado e nos buracos existentes. Diz, ainda, que a escola está constantemente sem água. A presidente Silvia Lira diz que será agendada uma visita técnica do CME à unidade escolar em questão e que o conselheiro Alex de Almeida irá também nessa visita. Após as considerações finais, a presidente do CME, Silvia Almeida Lira agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Maria das Graças Ladislau, li e encerro esta ata. Ata lida e aprovada na V Reunião Ordinária do Conselho Pleno de três de junho de dois mil e vinte e cinco.